



INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

ADAMITE FERNANDO GOMES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA GUINÉ BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE A
INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

ACARAPE

2021

ADAMITE FERNANDO GOMES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA GUINÉ BISSAU: UMA ANÁLISE SOBRE A
INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NO
PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

ACARAPE

2021

LISTA DAS SIGLAS

AMIC – Associação de Amigos de Criança

CDPD – Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência

INE – Instituto Nacional da Estatística

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organizações das Nações Unidas

PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PIB – Produto Interno Bruto

SAB – Setor Autônomo de Bissau

SOS – Salvamento ou Resgate

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 APRESENTÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA	6
3 DELIMITAÇÃO DO TEMA/PROBLEMATIZAÇÃO.....	08
4 OBJETIVOS.....	10
4.1 OBJETIVOS GERAL	10
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5 HIPÓTESES	10
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
6.1 EDUCAÇÃO INCLUSSIVA: CONCEPÇÕES	11
6.2 O DESNVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL	14
6.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	17
METODOLOGIA	20
REFERÊNCIAS	22

1 - APRESENTAÇÃO

Na Guiné-Bissau existem muitas crianças com necessidades educativas especiais que não frequentam a escola, devido à situação que o nosso país se encontra.

A Guiné-Bissau situa-se na costa do continente africano. Faz fronteira com o Senegal ao norte e, Leste e a Sul, com a República de Guiné-Conacri. Ela é banhada pelo oceano Atlântico. Além do território continental, integra ainda mais de oitenta ilhas que constituem o Arquipélago dos Bijágos e tem oito regiões especificamente: Bafáta, Quinara, Gabu, Tombali, bolama Bijágos, Cacheu, Biombo, Oio, e o Sector Autônomo de Bissau (SAB).

Segundo Augel (2007, p. 50) “ A Guiné-Bissau é um país plano, o clima é tropical, embora marítimo nas regiões do leste, no interior, apresenta-se com extensas planícies áridas, enquanto selvas e florestas ocupam a parte ocidental”. Tem muita riquezas minerais.

Bwock (2016, p. 12) mostra que,

apesar dos minerais, apenas a agricultura, floresta e pesca contribuem na economia do país. Devido à falta de recursos e por ser um país que ainda em desenvolvimento, com vários problemas políticos, essas riquezas ainda não são exploradas. Agricultura, floresta e pesca são os que mais contribuem na economia, devido ao solo fértil, o que ajuda na produção de uma grande variedade de frutas e legumes. O setor a agricultura é o mais importante para a economia guineense: 52% abrange 77% dos 52% da produção ativa. Os produtos agrícolas mais produzidas são: arroz frutas frescas e castanhas de caju.

Segundo M'Bunde (2018), a Guiné-Bissau tem cerca de 1,746 milhões de habitantes e um território de 36.125 km². Conquistou a sua independência como colônia dos portugueses no dia 24 de setembro de 1973, unilateralmente e, em 1974, formalmente com liderança do Amílcar Lopes Cabral que foi um dos membros fundadores do partido africano da independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC).

Com o seu tamanho e pelas riquezas naturais que possui, a Guiné-Bissau tinha tudo para se desenvolver só que não foi o caso, pois, desde sua independência, o país viveu muitos períodos de instabilidade política que dificultam o seu desenvolvimento. De 1994 (período das primeiras eleições) até atualmente (2021), somente um presidente que conseguiu terminar o seu mandato, que é o José Mário Vaz, que foi eleito no mês de maio de 2014 e o mandato dele terminou no junho de 2019.

No entanto o sistema educativo da Guiné-Bissau se encontra com vários problemas: os professores não são bem preparados ou qualificados/as e os alunos, também se deparam com dificuldades alimentares, existem escolas que oferecem refeições, mas será que essas

refeições chega para todos? Tem-se verificado que o governo de Guiné-Bissau está a tentar resolver ou seja superar os problemas que se encontra na area de educação e criar condições para que haja educação para todos. Semedo (2006) no seu artigo intitulado Educação como direito mostra que,

na Guiné-Bissau, a falta de recursos apresenta-se para a educação como um dos grandes bloqueios no que tem a ver com o sistema de educação para que haja uma sustentabilidade, fazendo com que o incerto se torne o aperfeiçoamento do sistema educativo, porquanto o recurso afeto à educação, no orçamento geral do Estado vem baixando fortemente de ano para ano, sendo que entre 1987 e 1995 baixou de 15% para 10% e na previsão feita para 2006 está em 7,5%. Esta proporção equivala a 0,9% do PIB, comparado com a média na África subsariana que é 4% do PIB, no mesmo período (entre 1987/95) (SEMEDO, 2006).

A Guiné-Bissau é um país rico em seu todo, mas apresenta problemas graves no aspecto concernente à educação, pois a falta de infraestrutura e condições necessarias nas escolas onde inclusive alunos/as não têm materiais didatico.

2- JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema deste trabalho surgiu a partir dos debates e leituras dos textos na disciplina de psicologia da educação e também através da minha experiencia vivida na Guiné-Bissau, pelos quais eu consegui observar de que forma, ou seja, como são tratadas as crianças com necessidade especial nas escolas, principalmente na escola do meu primo/irmão e pelo vizinhos perto da escola, e vi também a forma como é tratada a filha da irmã gêmea da minha mãe que não nasceu com nececidade educativa especial, mas ela ficou deficiente depois de uma doença que ninguém sabe explicar, e também pela forma que são vistas as crianças com necessidades especiais nas escolas e na sociedade na qual eles estão inseridos.

Até o momento que saí da Guiné-Bissau em 2018, existiam somente três escolas para as crianças com necessidades especiais, e não me lembro se existia alguma forma de inclusão dessas crianças nas escolas. Quais são essas escolas? Será que essas escolas são públicas ou privadas? Alguns pais acham que uma criança com necessidade educativa especial é incapaz ou que eles vão só gastar o dinheiro a pagar a escola, mas aquela criança não é capaz de aprender nada. Porém, só na capital existem três escolas para as cianças com necessidade especial, o que não acontece na zona rural, ou seja, não tem.

O Estado da Guiné-Bissau não tem a preocupação central com os alunos portadores de necessidade educativa especial, pois não tem uma política pública em termos de inclusão social e nem o minimo que é de fazer escolas ou políticas para essas crianças, onde eles vão se

sentir mais confortável dentro do processo de ensino e sentir que eles/as estão sendo atendidos atenciosamente pelos professores. No entanto, entendo que para o desenvolvimento dessas crianças exigem um pleno esforço e mobilização da família, escola e da comunidade.

Um dos meus motivos também para pesquisar esse tema, é que logo na minha primeira atividade no Brasil, fiquei surpresa na atividade do Samba¹ eu vi uma mulher explicando em libras, fiquei vendo aquela pessoa fazendo gestos na mão, eu não entendia nada, mas nada mesmo e perguntei para um jovem veterano que estava sentado ao meu lado, mas por que que aquela mulher está fazendo esses gestos e ele me falou ela está explicando para as pessoas com necessidade educativa especial e falei para ele que tipo de necessidade ele me falou (para surdos, mudos e entre outros).

Então a partir daí, falei para ele será que tem uma disciplina aqui na universidade exclusiva para aprendizagem sobre a libras e para aprender a fazer esses gestos ele falou que sim fiquei muito curiosa, e fiz uma pergunta a mim mesma será que isso existe na Guiné-Bissau? Falei será que tem professores formado nessa área? porque o que eu sei que só existem três escolas para deficientes, mas pode ser que tem professores formado na libras, mas não muito.

Isso me deixou muito triste e preocupada demais, por isso escolhi esse tema para entender a criança com necessidade educativa especial no processo de ensino e aprendizagem, que envolve o estado, família e escolas, porque sabemos que, a criança é a razão de ser do mundo e, mais do que isso, representa o futuro desse mundo (PEDRO, 2004). As crianças são frutos de qualquer que seja sociedade ou uma nação não importa.

Assim, o foco do nosso trabalho será especificamente entender a importância da criança com necessidade educativa especial no processo de ensino e desenvolvimento de aprendizagem e vai me permitir a aprofundar mais sobre essa temática, e esse trabalho ainda trará um maior aprendizado sobre as pessoas com necessidade especial na sociedade guineense.

Este projeto de pesquisa servirá como suporte bibliográfico para consulta e leitura, nesta sendo ela ajudará na conscientização da população guineense, no sentido de entenderem como é bom levar interesse com as crianças portadores de necessidades especiais, e isso de alguma forma vai ajudar estas crianças a saber qual é o seu lugar no processo da socialização dentro da sociedade na qual esta inserido e isso vai fazer com que o Estado olhasse para aquelas crianças e cuidarem deles a tomarem decisões viáveis para que possam desenvolver as

¹ O samba, Seminário de ambientação acadêmica, atividade que é feito todo início de semestre na UNILAB para alunos/as calouros, nacionais e internacionais.

aptidões necessária enquanto ser humano, espero que esse trabalho sirva de interesse para os outros pesquisadores que vão tratar da mesma temática.

3 - DELIMITAÇÃO DO TEMA/PROBLEMATIZAÇÃO

Existem várias formas de se considerar uma pessoa com necessidade especial, seja física ou mental. Na Guiné-Bissau, pode-se notar muitas pessoas consideradas portadores de certo tipo de necessidade (mental, física, auditiva e visual). E diante disso, este trabalho tem como alvo entender as crianças portadoras de necessidade educativa especial no processo de ensino aprendizagem no que tange à educação dessas crianças entre os anos de 2000 a 2011.

Diante do exposto, pretendemos fazer um recorte temporal dos anos 2000 a 2011, por ser um período onde iniciou a política da educação para todos, depois da implementação dessa política o que é que o estado da Guiné-Bissau fez para que haja a inclusão das pessoas com deficiência. E do ano 2011 por ser um ano de implementação da lei de base de sistema educativo na Guiné-Bissau.

Entretanto, essa pesquisa é direcionada principalmente às crianças que nascem com necessidade educativa especial e também para os que por outros motivos acabam-se tornando portadores de necessidades educativas especiais.

Apesar de existir algumas instituições de iniciativas privadas que cuidam das crianças com necessidades educativas especiais, a exemplo de Orfanatos, SOS, CASA EMANUEL e Escolas de Surdos e Mudos, pois só essas que inumerei anteriormente não conseguem cobrir todas as crianças portadores de necessidades especiais, o que faz com que muitos ficam desabrigadas em termos de cuidados e proteção pelo o estado.

A Organização das Nações Unidas (ONU), tem incentivando os países membros a fornecerem dados sobre pessoas portadores de deficiência. De acordo com informações do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), na Guiné-Bissau, antes do último censo de 2009, não existiam dados concretos dos números de deficientes no país. Esse instituto, a partir de então, iniciou o levantamento de dados quantitativos sobre as pessoas portadoras de deficiência, a nível nacional, onde incluíram vários aspectos no estudo como, por exemplo, as características demográficas e econômicas dos deficientes (INE, 2009, p, 14 Apud, CAMALA, 2017).

No entanto, na Guiné-Bissau os portadores de necessidades educativas especiais são vistos como incapazes dentro da família e na própria sociedade como um todo. A necessidade educativa especial não é de hoje, posso dizer que desde a existência da humanidade, teve pessoas com necessidades educativas especiais e tem outros que nasceram com a necessidade,

mas também existem outros que ao longo da vida cotidiana por motivos de doença ou das cerimônias² no caso da Guiné-Bissau a pessoa pode ficar deficiente. Assim como diz uma cantora Guineense numa das músicas dela.³

Diante do exposto, o trabalho tem como o propósito entender as crianças com necessidade educativa especial no desenvolvimento de aprendizagem. Nessa ótica, consideramos algumas indagações para melhor compreensão a respeito de como se dá o processo de aprendizagem para essas crianças na Guiné-Bissau. Que são: Qual é o papel e o interesse do Estado no acompanhamento do desenvolvimento dessas crianças? Qual seria o papel da comunidade no que tem haver com resolução da inclusão no âmbito escolar? Será que essas pessoas são respeitadas no meio da sociedade, Qual é a política do estado para com essa categoria?

Para que haja aprendizagem, vale ter uma boa escola e bons profissionais na área de ensino. Diante dessas questões percebe-se que, para que uma criança entenda melhor o conteúdo dada na escola ele precisa se sentir em casa sem ser tratado de uma forma preconceituosa e ainda excluída.

No entanto, seria melhor que o estado acompanhasse de perto o desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças, levando em conta a constituição de novas escolas e sem esquecer de quão importante essas pessoas são e ao invés de trata-los como pessoas retardados, ou seja excluídos na sociedade guineense.

Diante do exposto se fomos para ver essas crianças as vezes são vítimas em casa e na sociedade de forma geral, o que acaba não ter acesso as escolas. Por isso, a participação ou seja inclusão das pessoas com necessidade especial nas escolas públicas e privadas é muito importante para o processo de aprendizagem.

Porém, a quem pertence essa responsabilidade de igualdade, existe alguma associação que representa a reivindicação ações diante do poder público? Com isso, levantamos os seguintes questionamentos: de que forma as crianças com deficiência são recebidas nas escolas públicas? Quais as políticas do Estado para o desenvolvimento das capacidades mentais cognitivas das crianças com necessidades educativas especiais?

² Cerimônia é um ritual que tem que ser feito para resolver uma situação que pode deixar uma pessoa deficiente (com necessidade especial), Exem: na cultura de Etenia Balanta, se uma menina ficar grávida o namorado dela tem que fazer a lavagem, se ele não fizer e a menina dar a luz a um menino vai chegar a um tempo que a badjudessa (uma doença que tem a ver com crenças de matriz africana) que eles não tiraram na lavagem vai pegar o rapaz isso é porque a menina deu a luz a um menino, se for menina a badjudessa vai pegar a menina, essa badjudessa pode fazer com que o menino fique deficiente sem poder andar ou morrer. Por isso é que a cerimônia tem que ser feita para evitar de adquirir a necessidade especial, ou outros tipos de doenças.

³ Estar candinha é uma cantora Guineense numa das músicas dela (Lei de Bida enquanto buka murri bu capaz de cedo surdo, dudo, manco, ou mudo deh).

Pois, acreditamos que com essas questões levantadas, serão substanciais para o desenvolvimento desta pesquisa e conseqüentemente auxiliará na compreensão do fato em estudo.

4 - OBJETIVOS

4.1 - OBJETIVO GERAL

compreender o acesso e inclusão das pessoas com necessidades educativas especial no processo de ensino e aprendizagem nas escolas regulares.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a importância da inclusão das crianças no processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem.
- Entender as políticas do Estado para a inclusão das crianças com necessidades educativas especiais no ensino na Guiné-Bissau.
- Verificar os possíveis envolvimento dos familiares e de algumas instituições públicas no processo de ensino das pessoas com necessidades educativas especiais.

5 HIPÓTESES

H¹ - O estado de Guiné-Bissau, não criou políticas públicas para as pessoas com necessidade educativa especial.

H² - As crianças Guineense com necessidades educativas especiais não são dadas as atenções, por parte do Estado e nem pela a sociedade.

6 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse parte do projeto, iremos fazer um debate com os autores teóricos que se debruçaram sobre o nosso tema sob diferentes perspectivas, pois a participação das crianças com necessidade educacional vem despertado a atenção de muitos pesquisadores, como é o caso de Almeida (2007), Pedrosa e Martins (2008), Teixeira (2010) e demais autores. Dessa forma, esse tópico dividirá-se em três sessões. Na primeira trataremos sobre a educação inclusiva: concepções, na segunda, falaremos sobre o desenvolvimento e aprendizagem da criança com necessidade educacional especial e por último, será abordado o aspecto sobre as políticas públicas e a inclusão das pessoas com deficiências.

6.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES

A necessidade educacional especial é um transtorno, e ninguém se escolhe ser deficiente, por isso, uma pessoa com necessidade educacional especial precisa de toda atenção e cuidados, pois é algo que é visto em todas as sociedades humanas, e é o que a humanidade não pode negar, e sendo assim as pessoas com necessidade educacional especial são encontradas em todas as faixas etárias, desde criança até nos mais velhos, não importa o tipo de necessidade educacional especial que a pessoa pode ter, seja lá qual for: auditiva, física, visual, mental e entre outros. Mas nesse trabalho, o nosso foco é falar sobre a necessidade especial: a intelectual.

Vendo que essa tema merece atualmente muita atenção da sociedade e do Estado, no que tange à criação das escolas e a melhor forma possível de proteger as pessoas com necessidade especial intelectual e na criação de novas escolas onde eles vão se sentir menos excluídos, na qual podem se sentir membro da comunidade onde podem ter direito de fazer suas escolhas como qualquer um independentemente de ser pessoa com algum tipo de deficiência, ou seja, respeitadas as leis da inclusão.

De acordo com Oliveira e Reia (2017, p.14),

a declaração dos direitos dos deficientes aprovada pela ONU, em 13 de dezembro de 1975, diz em seu artigo 4º. “O deficiente tem os mesmos direitos civis e políticos dos demais seres humanos”. Sendo assim, está-se promovendo uma conscientização na sociedade buscando a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, para que possam ter um futuro promissor.

Existem olhares e definições diferentes de vários autores que debruçaram sobre esse tema sobre o conceito da necessidade educacional especial, no entanto buscaremos trazer algumas definições de alguns autores que já trabalharam sobre esse tema como a forma de embasamento.

Conceituando a Deficiência, Velasque, (2017) mostra que, sempre houve a dificuldade em termos que deve ser colocado para chamar uma pessoa com necessidades cognitivas

especial, antigamente o termo conhecido era deficiência mental. Onde essas pessoas são colocados longe das pessoas ou seja abandonados e se for uma criança acham que por conta das necessidades ele não é capaz de fazer algo ou de resolver coisas do dia à dia quanto menos atividades escolares.

Segundo a OMS (2011), observa-se que o preâmbulo da CDPD reconhece que a necessidade cognitiva especial é um conceito em evolução isso porque ao longo de tempo ele vem sofrendo modificações e mostra também as barreiras comportamentais assim como ambientais que são postas e que impedem a participação das pessoas com necessidades especiais dentro da sociedade de uma forma igualitária. Essas pessoas apresentam limitação significativa são as pessoas que apresentam dificuldades da inteligência de decifrar coisas, e dificuldades na maneira de cuidar de si mesma. E ainda, existe pessoas que fazem preconceito com eles.

“O termo Deficiência é usado para definir a ausência ou disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica do ser humano. Mendonça” (2011, p. 14).

De acordo com Gomes (2005),

o preconceito é um julgamento feito por um grupo de pessoas para certo grupo, que pode ser julgamento ético, religioso, deficiência, ou para os que acham ser ricos para com os pobres. Esse julgamento apresenta resistência de não mudar mas sim de permanecer, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. O preconceito é criado pelas pessoas, aqueles que se acham melhor do que a outra, e porque ninguém nasce preconceituosa, não é uma coisa que vem só por lado dos brancos mais sim vem de ambas parte, tanto de brancos assim também por parte dos negros (GOMES, 2005, p. 54).

Para Corbo (2017), discriminar é a prática de tratar as pessoas de maneira diferente, com base em distinções feitas sem levar em conta o mérito individual. Exemplo de categoria em que a discriminação ocorre incluem raça e etnia, religião, sexo/ou gênero, peso, necessidade especial, estatura, condições de emprego, orientação sexual e idade.

A necessidade educativa especial pode ser entendida também como a perda ou alteração de qualquer parte do corpo, seja lá qual for doença, ou por acidente ou de uma função fisiológica ou anatômica que impede ou limita a pessoa a fazer algumas atividades, como pessoas normais (INE, 2009).

Honra e Frizanco (2008, p. 103) apontam que “a necessidade educativa especial não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”.

Segundo Cardoso (2011), mostra as coisas que acontecem desde antigamente, nas civilizações gregas e romanas de como as crianças, com com necessidades especiais eram eliminadas do meio da sociedade e dos pais só por terem alguma necessidade educativa especial.

Na Guiné-Bissau existem vários grupos étnicos, e com essa diversidade cada grupo tem o seu jeito de resolver as coisas e forma de como os problemas de cada etnia é resolvido, são respeitados porque é uma coisa que está incutida na mente das pessoas desde pequena.

Com isso, o Instituto de Ensino Especial (INEE) demonstra como são tratados as crianças com necessidade educativa especial na Guiné-Bissau,

para certos grupos étnicos, a necessidade educativa especial pode ser fruto da ira, a violação de um pacto, o resultado de adultério, etc. A ignorância em relação à criança deficiente pode chegar mesmo ao ponto de dela ser abandonada à margem do rio como teste da sua autenticidade como ser humano ou como um ser maléfico, prova que já tiveram desfechos bastante dramático com o desaparecimento da criança devorada por animais ferozes, como, entretanto poucos, desenlaces felizes com a recolha oportuna da criança por parte de pessoas mais lúcidas (INEE, 2009 p. 20).

Essa violação além de causar o desaparecimento físico da criança, de alguma forma, isso pode afetar o psicológico da mãe, de um jeito que não vai ser fácil para ela esquecer o filho. Uma mãe que tem criança com necessidade especial tem duas opções: Esconder a criança dos vizinhos ou deixar que criança ser jogada no rio.

Nesse caso, ela tem que se acostumar ou a sentir que aquela criança há de partir um dia, e é melhor ela começar a se esquecer ou desapegar, da pequena criança que nasceu com necessidade educativa especial. Na Guiné-Bissau esse ritual, é feito por mulheres e homens velhos da *Morança* (comunidade) e a mãe precisa começar a ficar de luto, antes da criança ser levada para ser jogada no rio.

De acordo com Franco (2008) afirma que, tendo uma pessoa doente a família deve-se preparar para a parte final que, é a parte mais difícil de encarar, ver a pessoa que amas a falecer, ela mostra ainda que, a pessoa que está doente deve ser muito amada para que possam ter boas lembranças do falecido, os familiares devem aceitar a verdade de que a pessoa já faleceu para readaptar à vida e começar a viver uma vida sem ele/a.

Com isso, a Almeida (2007, p. 1) argumenta que,

As crianças com necessidades educativas especiais podem aprender como os outros só que vão precisar de mais tempo para poder socializar com tudo, aprender a falar, a se vestir sozinha, a caminhar para mimorizar as coisas e solucionar problemas só que vai ser de uma

forma muito lenta defrente das crenças que não tem necessidades especiais.

Tal como para os conceitos, para a análise dos diferentes tipos de necessidade educativa especial foram tomadas em consideração as definições da Organização Mundial de Saúde. Para a criança com necessidades educativas especiais será extremamente importante estabelecer regras e dar limites. De acordo com Gherpelli, (1995 apud, Pedroso e Martins 2008, p. 107),

mostra que embora muitas vezes geram conflitos e desastres aos pais, será importante que não desistam e acreditam nas capacidades da mesma, e que as expectativas sejam sempre dentro de possibilidades viáveis para a criança, ele afirma ainda que a falta de limites pode tornar a criança medrosa e até inconveniente em certos momentos .

O referido limite, se trata especialmente de cuidados que devem ser tomados, para melhor cuidar das pessoas com necessidades educativas especiais, além de suas limitações. Propõe estabelecer regras cabíveis para o acompanhamento em termos de desenvolvimento da própria criança, para que não haja frustração no seu desempenho.

Na reunião mundial de 1987 feita pela Nações Unidas, no âmbito das pessoas com necessidades educativas especiais, na qual eles pensaram em elaborar doutrinas que serviriam como a melhor forma de reconhecimento, de direito das pessoas com necessidade educativa especial. Acreditamos que se isso acontecer, as pessoas com necessidade educativa especial vão sentir que estão sendo acolhidos e cuidados.

6.2 - O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL

Uma criança com necessidade educativa especial, demora bastante para aprender o mesmo conteúdo que é dado para outras crianças, devido à situação que essa criança se encontra. Diz Agusta (2011), a caracterisca da deficiência educativa é afetar o funcionamento educativa da criança, só que isso não significa que a criança não pode aprender, porque ela tem condições de aprender, de uma forma muito lenta, ele não vai estar no mesmo ritmo de aprendizagem com os outros.

Aranha (2005, p. 23) afirma que, “a convivência na diversidade proporciona à criação com deficiência que tenha necessidades educacionais especiais maior possibilidade de de desenvolvimento acadêmico e social”.

Por conseguinte, o desenvolvimento e aprendizagem se tornaram assuntos de grande interesse dos atores sociais, e vale salientar que a aprendizagem não é o desenvolvimento,

mas é de aprendizagem que produz o desenvolvimento, por isso, nesta seção, abordaremos esse ponto com base da escritura de alguns autores que debruçaram sobre essa temática.

Para Mafra (2008), o desenvolvimento, o brinquedo e os jogos infantis, ocupam uma função e um espaço muito importante na vida de uma criança, e ajuda também no desenvolvimento e em algumas atividades de uma criança com deficiência educativa.

Ainda para Mafra (2008, p. 5), “o desenvolvimento do conhecimento é um processo espontâneo, ligado ao processo geral da embriogênese, que diz respeito ao desenvolvimento do corpo, do sistema nervoso e das funções mentais”.

Nas concepções da Mafra(2008), a aprendizagem é seguidor do desenvolvimento e é provocada por situações criadas por docentes para esses alunos.

No entanto, no II CINTEDI realizado em Campina Grande (2016), ressalta que dessa forma, podemos dizer que, o desenvolvimento pode acontecer no processo de interações e concepções com outras crianças e adultos, e pode ser também através dos materiais escolares e instrumentos que fazem parte de mundo das criança, que podem ser objetos como, por exemplo um caderno uma caneta, lápis e outros materiais que podem ajudar no desenvolvimento e aprendizagem das crianças com necessidades especiais intelectuais.

De acordo com, Mori et al. (2017, p. 556), o jogo e as brincadeiras infantis “assumem outros aspectos de relevância, tais como sociabilidade, cognição e linguagem, as quais são desenvolvidas, por exemplo, no momento em que a criança formulam regras e desenvolvem estratégias”.

Vigotsky (1998, p. 57 a 58) definiu dois níveis de desenvolvimento para crianças:

Nível de desenvolvimento real, que é o desenvolvimento já adquirido, ou seja, aquilo que a criança já é capaz de fazer por si própria, sem ajuda do outro. **Nível do desenvolvimento potencial**, aquilo que ela realiza com o auxílio da outra pessoa.

No decorrer do desenvolvimento, a criança vai precisar de um adulto para auxiliá-la, e vai chegar um momento em que ele vai ser capaz de fazer tudo sozinha.

O INEE, (2009, p. 27), mostra que “os deficientes mentais apresentam limitações no seu desenvolvimento, devido à redução das capacidades, que contribuem para o nível global da inteligência isto é, habilidades cognitivas, linguísticas, motoras e sociais manifestadas durante o período de desenvolvimento”.

E, o desenvolvimento educativa de uma criança, depende muito da interação com os adultos do meio onde essa criança está inserida.

Pedroso e Martins (2008, p. 107), ressalta que a “criança é um ser em desenvolvimento e, para que aprenda, necessita de trocas com o ambiente social. Essas relações que estabelece facilitam o aprendizado, o desenvolvimento de habilidade e o enriquecimento das capacidades cognitivas e afetivas”.

No relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau (2007, p. 25) aponta que,

embora o ensino especial pode ser encarado como um objetivo a longo prazo, as atenções das ligas, a curto prazo, são dirigidas, não só, às organizações de apoios educativos especiais para as crianças com necessidades educativas especiais, que apesar de todas as diversidades conseguem, por meios próprios e com ajuda dos pais ou encarregados de educação, ter acesso às instituições de formação no país, como também para aqueles que podendo frequentar o ensino, mas não o fazem por carecerem de certos meios como por exemplo, os de locomoção, materiais didáticos ou de apoios alimentares e medicamentosas. Mostra que, portanto, uma primeira etapa ao alcance das nossas limitadas possibilidades, poderiam visar o aumento do grau de acessibilidades aos deficientes aos estabelecimentos do ensino, no quadro de uma política de integração, visando conferir aos deficientes as mesmas condições de realização e de aprendizagem sócio cultural independentemente das suas condições ou dificuldades.

De acordo com esse relatório, percebe-se que a criança com necessidade educativa especial consegue entrar numa instituição de ensino, algumas com ajuda dos pais e outras não conseguem, por conta da movimentação e por falta de apoio dos pais. Só ter necessidade educativa especial já é uma luta. Então, eles devem e necessitam contar com o apoio total dos pais, para que possam transitar, ou seja ultrapassar e superar as dificuldades em vista.

O segundo congresso internacional de educação inclusiva (2016) mostra que, o brincar faz bem a uma criança, a utilização de jogo na sala de aulas pode mudar o aprendizado da criança com necessidade educativa especial, a pensar a desenvolver um raciocínio sobre a brincadeira a interagir, ou seja, a responder no jogo com outras crianças, sem esquecer que o jogo faz parte da vida de uma criança. Estimula o interesse, a descoberta de novas coisas e a reflexão do que imaginou e do que descobriu durante o jogo.

Por isso, uma criança ao brincar, consegue desenvolver potencialidades e se sentir livre de pressões, como foi ressaltado num Artigo sobre lúdico,

em relação à importância de jogo para o desenvolvimento da criança, independentemente das suas limitações e/ou potencialidades, ao jogar a criança se sente livre de pressões e avaliação, cria um clima de liberdade, propício à aprendizagem, e estimula o interesse, descobertas de novas coisas e a reflexão do que imaginou e do que descobriu (COSTA et al. 2016, p. 2).

Com base nisso, considera-se que os brinquedos são fundamentais, no sentido de auxiliar a criança com necessidade educativa especial, a se conectar com suas habilidades sensório motora, para que haja um avanço em termos de desenvolvimento e aprendizagem, além de despertar o interesse físico na própria criança.

O desenvolvimento, é sustentado pelo contato com o próximo ou de uma criança com um adulto e ele se atualiza conforme o passar do tempo, até ao ponto de começar a fazer coisas sem pedir ajuda de ninguém, ou digamos, até ele se sentir independente.

6.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Nessa sessão, tentaremos explorar debates no campo das políticas públicas inclusiva, e sua relevância no âmbito da inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais, no ensino e aprendizagem. Entretanto, políticas públicas são conjuntos de programas ações, e de muitas atividades que o poder público desenvolve de uma forma direta ou indiretamente.

Para Souza (2006), não tem uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Cáritas (2003, Apud TEIXEIRA, 2010, p. 46) “mostra que políticas públicas é um conjunto de ações permanentes que asseguram e ampliam direitos civis, econômicos, sociais e coletivos de todos, que devem ser amparados em lei, de responsabilidade do estado (financiamento e gestão) e com controle e participação da sociedade”.

Silva (2002, p. 7 Apud BARRETA E CANAN, 2012) também contribui afirmando,

[...] que políticas refere-se ao conjunto de atos, de medidas e direcionamentos abrangentes e internacionais, estabelecidos no campo econômico e estendidos à educação pública pelo Banco Mundial, dirigidas aos Estados da América Latina e assumidos pelos governos locais, que tratam de disciplinar, de ordenar e de imprimir a direção que se deseja para a educação nacional (SILVA, 2002, p.7 Apud BARRETA e CANAN, 2012).

Muitas pessoas ainda duvidam das crianças ou das pessoas com necessidades educativas especiais, e sem esquecer do preconceito que ainda está muito enraizado para com pessoas que possuem algum tipo de necessidade educativa especial. Diante disso, entende-se que, o Estado na Guiné-Bissau, não está pronto para tomar frente de problemas que essa camada vem enfrentando há muito tempo, porque o papel de políticas públicas é de resolver os problemas de todos sem nenhuma exceção, mas que na verdade, os deficientes acabam sendo as vítimas de maltratos.

No entanto, “a falta de conhecimento das pessoas, e de todo mundo, faz com que a necessidade educativa especial seja considerada uma doença que não tem cura (crônica), um peso ou um problema” (MACIEL 2000, p. 53).

Para Mariano *et al.* (2017, p. 2),

as políticas públicas devem ser resultados de uma participação popular, convergindo com o diálogo democrático entre a sociedade e o governo, para que seja implementada ações por parte do estado que realmente tenha eficácia no bem-estar social dos deficientes, que busquem valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas característica e particularidades.

E ainda Mariano *et al.* (2017, p. 3) relata que, “a forma gradual pode ser mudada, onde o deficiente não tem culpa de ser pessoa especial, e de não poder fazer outras coisas, e quem necessita aceitá-las como são é a própria sociedade, garantindo que eles são capazes”.

No Brasil, os primeiros discursos em relação aos direitos das pessoas com deficiência (pcD) ocorreram na década de 1960; sendo reivindicado o direito à convivência social. A mobilização dos vários segmentos da sociedade, em prol das demandas das pessoas com deficiência, possibilitou um avanço no processo de politização dos sujeitos sociais, contribuindo para que o estado assumisse a responsabilidade em desenvolver políticas públicas destinadas a atender as demandas desse grupo social (GUEDES E BARBOSA, 2020, p. 4).

Para que isso aconteça, a sociedade precisa abrir mão de tudo que acha que tem por direito, porque o direito é de todos, pois em todos os lugares tem que ser compartilhado nos espaços públicos.

Por conseguinte, a Teixeira (2010, p. 127) aponta que “ em 1975 a ONU aprovou a declaração de direitos humanos das pessoas portadores de deficiência seja lá qual for, salientando que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos fundamentais que os outros cidadãos”.

Desta forma, ninguém deve ser excluído em qualquer que seja espaço de convivência social, como em casa, na vizinhança, na escola e entre outros espaços da sociedade. Cada pessoa tem o direito de gozar a sua liberdade, sem ficar com medo de ser vista como incompetente ou inútil. Santos et al. (2012, p. 114),

reforça mecanismos de desenvolvimento diante da sociedade, principalmente em relação a todas as iniciativas governamentais direcionadas à educação, saúde, trabalho, à edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer. Tem como objetivo acesso, integração e permanência em todos os serviços oferecidos à comunidade. Em alusão ao trabalho, tem como intenção primordial a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho, com a empresas que contenham acima de 100 empregados, devem incluir de dois a cinco por cento de trabalhadores com deficiência. Entretanto, apesar das leis existentes, o que vemos, na prática, é o descompromisso desordenado dela.

Seguindo nessa linha de pensamento, dá para entender que as políticas públicas para com os portadores de necessidade educativa especial são uma questão que vem sendo discutida há muito tempo, mas parece que as pessoas não estão ainda acostumadas a ver essas pessoas a ocupar o mesmo espaço que eles.

Entretanto, “quando houver políticas públicas educacionais que respeitem o ser humano em sua diferença, que possibilitem a eles estar na escola, interagir, socializar-se e aprender, podemos acreditar que as políticas públicas estarão sendo cumprindo o seu papel” (BARETTA e CANAN, 2012, p. 7).

Barretta e Canan (2012),

no artigo intitulado políticas públicas de educação ressalta que não é suficiente a constituição de uma política educacional bem definida, com conteúdo bem construído, formulado; o importante é imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno.

Nessa ótica, Barretta et al (2012, p. 5) ainda considera que a “política educacional só terá sentido quando todos estão de acordo, porque não é um assunto individual e nem singular, mas sim coletivo”. Diante do exposto, percebe-se que o ato de políticas públicas, não se convém somente para certo grupo de pessoas, que vivem numa sociedade ou aldeia, mas o importante é trabalhar de mãos dadas para que essa política possa acontecer democraticamente, para que haja a compreensão de todas as partes.

No entanto, Alves e Galeão (2004, apud Teixeira 2010), argumentam que, é necessário substituir políticas públicas de ação afirmativa, por mecanismo de gestão da diversidade, pois a ação afirmativa contraria o princípio da meritocracia.

E, assim como salienta o Tales (2013) sobre como as empresas e os funcionários estão despreparados, para receber ou empregar uma pessoa com necessidade especial, muitas das vezes não são vistos o acompanhamento por parte das empresas para com essas pessoas.

Com base nisso, a Teixeira (2010, p. 78) aponta que, “isso significa que contratar pessoas pertencentes a grupos socialmente excluídos, especialmente pessoas com deficiência, é mais custoso porque o número de pessoas qualificadas ainda é baixo se comparado às pessoas sem deficiência”. Para Mariano et al. (2017, p. 9),

a acessibilidade é sem dúvida um direito que garante à pessoa com deficiência viver de forma mais digna, independente, exercendo com total plenitude seus direitos de cidadania, de participação social. Precisamos respeitar os deficientes, ter todo um cuidado especial no sentido que eles não sejam excluídos do convívio social. A acessibilidade torna-se um instrumento que

permite esse respeito aos deficientes, possibilitando a essas pessoas, dar o acesso aos mesmos bens e serviços disponíveis a todos os cidadãos.

Com tudo que foi criado para as pessoas com necessidade educativa especial, ainda se sente que falta algo muito interessante, algo que interessa muitas pessoas que não possuem alguma necessidade especial, bem as pessoas estudam para trabalhar depois, se existe inclusão e leis que permitem para que as pessoas têm acesso a escola, deve existir também políticas de emprego para essas pessoas no concurso público, sempre que houver um concurso devia ter números de vagas somente para as pessoas com necessidade educativa especial.

7 - METODOLOGIA

Todo trabalho científico requer uma metodologia a fim de conduzir a pesquisa a um resultado. Nessa ótica, o presente trabalho seguirá o método qualitativo. De acordo com Gil (2008), o método é a forma que traçamos para chegar a uma meta. Para Creswell(2007, p. 184),“a investigação qualitativa emprega diferentes alegação de conhecimento, estratégias de investigação e método de coleta e análise de dados”.

Para a materialização da presente pesquisa, faremos um trabalho de campo na Guiné-Bissau, entrevistando pais e encarregados de educação das crianças e também entrevistaremos as crianças com necessidades educativas especiais, entrevistaremos também professores/as das crianças com deficiência.

Ainda sobre a metodologia, trabalharemos também com dados bibliográficos como teses, desetação, livros, TCC que já discutiram o assunto, documentos da ONG que trabalharam com temática das crianças com deficientes como AMIC (Associação de Amigos de Criança), escola bengala branca e documentos do governo através do Ministério de Educação Nacional e demais entidades que lidam com as crianças com necessidade educativas especial. E pretendemos também fazer a análise de dados através de dados obtidos da pesquisa bibliográfica.

No que tem a ver com coletas de dados, iremos utilizar a entrevista semiestruturadas. Entrevistaremos dez crianças com necessidades educativas especiais.

Para Marconi e Lakatos (2010), “ a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinada assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Para tanto, serão elaboradas alguns questionários devidamente, na lógica semi-aberta. Para realização das entrevistas, utilizaremos aparelho celular para a gravação, com o

intuito de registrar os dados que serão obtidas durante o ato, com a autorização dos entrevistados e posteriormente, faremos a transcrição dessa gravação para sua futura análise.

Mozzato e Grzybovski (2011, p. 737 – 738), mostra que, “ a análise do discurso consiste numa técnica de análise que explora as relações entre discursos e realidade, verificando como os textos são feitos, carregando significados por meio dos processos”.

Portanto, acreditamos que com essa metodologia, será possível alcançarmos os objetivos propostos, e os resultados almejados, e ainda contribuir significativamente com a pesquisa no campo acadêmico e na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marina da Silva Rodrigues. **O que é a Deficiência Intelectual ou atraso Cognitivo?** São Paulo, 2007. Disponível em: <https://josiprofessora.webnode.com/files/200000034-4a9e54c924/O%20QUE%20C3%89%20DEFICI%20C3%8ANCIA%20INTELECTUAL%20OU%20ATRASSO%20COGNITIVO.pdf>. Acesso em 28/07/2021.
- ARANHA, Maria Salete Fábio, Projeto Escola Viva: Garantindo o Acesso e Permanência de todos os Alunos na Escola: Necessidades Educativas Especiais dos Alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 5 v. : il. Color. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 03/08/2021.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros**: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- AUGUSTA, Oliveira Ana, **et al.** 2011. Deficiência Intelectual: Detalhar para Compreender. São Paulo: AVA Moodle Unesp [Eduotec]. Disponível em: <http://ead.bauru.sp.gov.br/efront/www/content/lessons/79/Defici%C3%Aancia%20Intelectual%20-%20detalhar%20para%20compreender.pdf>. Acesso em: 03/08/2021.
- BARETTA, E. M; CANAN, R. S. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a Partir dos documentos Legais.** 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/173/181>. Acesso em: 05/03/2021.
- BWOCK, Mahyona Fernandes. **A crise política na Guiné-Bissau 1998-2012.** Monografia (Bacharelado em ciências políticas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1/2016_Mahyona_FernandesBwock.pdf >. Acesso em: 14/02/2020.
- Cardoso, Maria Rosa Cândido António (2011). **Inclusão de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Básico: Perspectivas dos Professores** (Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Educação e Ciências, ISEC, Portugal). Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10759/1/Tese_Rosa_Cardoso.pdf. Acesso em: 27/07/2021.
- CORBO, Wallace. Discriminação indireta: conceito, fundamentos e uma proposta de enfrentamento à luz da constituição de 1988. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. v. 1. 316. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/adm/artigos/a86f636ad3f347a3a05b7799f51c372c.pdf>. Acesso em: 03/07/2020.
- CORREIA, Danilo Camala, **Educação inclusiva em Guiné-Bissau 2009 a 2016: Trajetórias Escolares e Ausência do Estado.** 2017 TCC (Bacharelado em humanidades) – São Francisco

do Conde. Disponível em:

https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/798/1/2017_proj_dcorreia.pdf. Acesso em: 09/03/2020.

CRESWEL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos, quantitativos e misto**. 2. Ed - Porto Alegre: Artmed, 2007 248p. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/696271/mod_resource/content/1/Creswell.pdf.

Acesso em: 22/07/2021.

Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acesso em: 25/03/2020.

FRANCO, Maria Helena Pereira. 2008. **Luto em cuidados Paliativos** In: cuidados Paliativos / Cordenação Intitucional de Reinaldo Ayer de Oliveira. São Paulo: Conselho regional de Medicina do Estado de São Paulo, 689 p. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/446028/mod_resource/content/1/Cuidados_Paliativos_CREMESP.pdf. Acesso em: 28/07/2021.

GIL, António Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 21/07/2021.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Antirracista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62. Disponível em:

http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 22/07/2021.

GUEDES, D. M; BARBOSA, D. A. L. **Políticas públicas no Brasil para as Pessoas com Deficiência: Trajetória, Possibilidades e Inclusão Social**. 2020. Disponível em:

https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522120151.pdf. Acesso em: 09/06/2021.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317737/mod_resource/content/1/A%20formacao%20social%20da%20mente. Acesso em: 02/04/2020.

II CINTEDI. 2016, Campinas Grande PB. **O Lúdico no processo de Desenvolvimento de Crianças com Necessidades Especiais**. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD1_SA6_ID_934_13102016160708.pdf. Acesso em: 28/07/2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral de população e habitação Guiné-Bissau: População com Deficiência**. Bissau, 2009. Disponível em:

https://dataspace.princeton.edu/bitstream/88435/dsp01w6634600z/10/DSPACEGuineaBissau_census2008idososRGPH2009.pdf acesso em: 27/03/2020.

LIGA GUINEENSE DOS DIREITOS HUMANOS, **Relatório sobre a Situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau**. 2013 2015. Disponível em:

https://fecong.org/pdf/crianca/Relatorio%20sobre%20DH%20GB%202013_2015.pdf. Acesso em: 22/07/2021.

M´BUNDE, Timóteo Saba. **As políticas externas brasileira e chinesa para Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014)**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga, **Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo em Perspectiva, **14(2) 2000**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/3kyptZP7RGjjkDQdLFgxJmg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05/03/2021.

MAFRA, S. R. C. **O Lúdico e o Desenvolvimento da criança Deficiente Intelectual**. 2018. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2444-6.pdf>. Acesso em: 25/03/2020.

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª edição. São Paulo, editora Atlas, 2010.

MARIANO, B. M. et al. **Políticas públicas de inclusão e acessibilidade**. Publicado em 05/2017. Elaborado em 05/2027. jus.com.br. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58014>. Acesso em: 09/06/2021.

MARIANO, T. B. et al. **Políticas Públicas de inclusão e acessibilidade**. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58014/politicas-publicas-de-inclusao-e-acessibilidade>. Acesso em: 27/07/2021.

MENDONÇA, Regina Celia Avilha, **A Aprendizagem do Aluno com Deficiência Intelectua e a Prática Pedagógica em Questão**. Brasília 2011. Monografia para Obtenção do Grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UABUnB. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3091/1/2011_ReginaCeliaAvilhaMendonca.pdf. Acesso em: 27/07/2021

MORI, Nerli Nonato Ribeiro, et al. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 551-569, maio/agosto. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/gNHggr8ndnp87bCpnkdkN9L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01/08/2021.

MOZZATO, Analise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. Análise de conteúdo como Técnica de Análise de dados Quantitativos no campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/YDnWhSkP3tzfXdb9YRLCPjn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22/07/2021.

OLIVEIRA, Juliana Thais de; REIA, Leticia. **A Inclusão do Aluno com Deficiência Intelectual no Ensino Regular**. – Lins, 2017. 54p. il. 31 cm. Monografia apresentada ao centro Universitário Católico Salesiano, Auxilium- UniSALESIANO, Lins-SP, para graduação em pedagogia, 2017.

PEDRO, João Gomes. **O que é ser criança?** Da genética ao comportamento. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269611426_O_que_e_ser_crianca_Da_genetica_ao_comportamento. Acesso em: 14/02/2020.

PEDROSO J. L & MARTINS C. D., **A importância dos limites no desenvolvimento de criança com necessidades especiais.** Revista “Educação Especial” n. 31, p. 105-116, 2008, Santa Maria

Relatório sobre a Situação dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau, Quando a Ordem é Injustiça, a Desordem já, um Princípio da Justiça. 2007. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_lusofonos/r_guine_bissau_2007_situacao_dh_gb.pdf. Acesso em 27/07/2021.

Santos, F. P. **et al.** Políticas Públicas Direcionadas as Pessoas com Deficiência: Uma Reflexão Crítica. **Revista Ágora**, Vitória, n.15, 2012, p. 210-219. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/4223/3330>. Acesso em: 20/04/2021.

SÃO PAULO, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE OMS; BANCO MUNDIAL. Relatório Mundial sobre a Deficiência. 2011. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em 27/07/2021.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **Educação como Direito.** 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf. Acesso em: 13/07/2021

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas.** 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182324/mod_resource/content/1/celina%20souza_e_estado%20da%20arte%20da%20pesquisa%20em%20pp.pdf Acesso em: 27/07/2021

TALES, Valéria Aparecida Soares. **As Políticas Públicas para a Inserção Do Deficiente Físico no Mercado de Trabalho, no Município de Itapetininga-SP.** Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal), Universidade Tecnologia do Paraná, campos Curitiba 2013. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2697/1/CT_GPM_III_2013_57.pdf. Acesso em: 22/07/2021.

TEXEIRA, Mariana Codo Andrade, **Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil.** 2010, 132f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4778/61080100037.pdf>. Acesso em: 09/04/2021.

VALESQUE, Júlia. Deficiente intelectual: Possibilitando a Integração no Mercado de Trabalho. **Revista Científica Semana Acadêmica ano MMXVII, Nº. 000105, 13/04/2017** Disponível em: https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/deficiente_intelectual_-_possibilitando_a_integracao_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em 27/07/2021.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf. Acesso em: 26/07/2021

